



**SINDICATO DOS
TRABALHADORES DO
SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL
DE CAMPINAS**



RUA JOAQUIM NOVAES, 91

ESPECIAL CAMPANHA SALARIAL

Segunda mesa de negociação da Campanha Salarial 2022 será dia 31 de maio

A Campanha Salarial 2022 “Quem cuida da população tem que ter valorização” terá a segunda mesa de negociações no dia 31 de maio. A primeira rodada, que aconteceu nesta segunda-feira (23), foi marcada por acordos em pautas econômicas e pelos representantes do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal de Campinas (STMC) deixando claro que o funcionalismo quer 25,68% de aumento para os salários e o vale-alimentação.

O governo não apresentou uma contraproposta para o reajuste dos vencimentos dos servidores/as. A direção do Sindicato pode decretar estado de greve, caso as negociações não avancem para um acordo que garanta a valorização dos trabalhadores/as.

O coordenador-geral do STMC, Tadeu Cohen Paranatinga, afirma que toda a negociação está acontecendo de forma transparente e que a entidade vai lutar pela valorização dos servidores. “Essa foi a primeira mesa e saímos já com acordos na pauta. É verdade que não houve acordo sobre o reajuste dos salários porque o governo quer estudar mais para fazer a contraproposta. O Sindicato colocou na mesa um reajuste de 25,68% e é o que vamos lutar. Para uma primeira mesa, acredito que há perspectivas de avançarmos para conseguir atender várias demandas da categoria”, diz.

CONVOCAÇÃO!

2º MESA DE NEGOCIAÇÃO

Terça-feira, dia 31 de maio, às 15h30, na Prefeitura de Campinas.

ASSEMBLEIA DOS SERVIDORES

Terça-feira, dia 31 de maio, a partir das 17h30, no Paço Municipal.

ACORDOS nas negociações na PAUTA ECONÔMICA:

- Pagamento da primeira parcela do 13º salário em 30 de julho;
- Aumento do auxílio-funeral de R\$ 3 mil para R\$ 4 mil;
- Cumprimento da Lei Federal nº 191/2022, que permite a contagem de tempo para pagamento de benefícios que tinha sido congelada durante quase dois anos pela Lei Federal nº 173/2020. As regras da legislação valem apenas para SEGURANÇA e os QUADROS DA SAÚDE, que receberão neste mês os benefícios e em junho o valor retroativo a janeiro. STMC vai entrar com uma ação direta de inconstitucionalidade contra a lei federal para que a contagem do tempo seja um direito de todos os servidores/as.

PENDÊNCIAS da PAUTA ECONÔMICA:

- 25,68% de aumento dos salários. Sindicato reforçou que é preciso promover a reposição da inflação e um reajuste real dos vencimentos dos trabalhadores/as, mas o governo não apresentou uma contraproposta concreta;
- 25,68% de aumento do vale-alimentação. Governo diz que já aplicou 20% de aumento em fevereiro e que agora poderia complementar para chegar nos 25,68%. Sindicato luta para garantir uma elevação do vale que garanta um valor justo e que reponha as perdas com a inflação;
- ALTERAÇÃO DO ART. 14 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 72/2014 do valor auxílio-nutricional tendo como referência o Código 01 (Salário-base) correspondente a CINCO (5) VEZES o piso dos servidores municipais será discutido na próxima mesa.

CRIAÇÃO DE FERRAMENTAS para operacionalizar as demandas da PAUTA ECONÔMICA:

- Para cartão benefícios, serão estudadas saídas que indiquem crédito mais em conta para os servidores/as que necessitem de recursos. Mas o STMC reforçou que o objetivo não é promover o endividamento dos trabalhadores/as;
- Pagamento de precatórios trabalhistas será criado canal de informações para que servidores/as com direito ao dinheiro tenham uma perspectiva de quando o valor será pago e também como negociar para receber mais rápido;
- Plano de Medicamentos será avaliado pelo governo e também o Sindicato sobre como operacionalizar um sistema que permita oferecer esse benefício aos servidores/as.

SEM ACORDO para atender a demanda da PAUTA ECONÔMICA:

- Estender a todos os aposentados/as o auxílio-nutricional com o mesmo valor do vale-alimentação. O governo diz que não há como atender essa demanda. Mas o sindicato continuará insistindo para que todos os ex-trabalhadores/as sejam beneficiados.

AVANÇOS em PAUTAS ESPECÍFICAS da EDUCAÇÃO e da SAÚDE

- Pagamento do piso dos ACS e Agentes de Combate às Endemias que foi estabelecido em R\$ 2.424,00 assim que governo federal fizer o repasse do dinheiro;
- Pagamento de bônus do Fundeb neste ano;
- Pagamento reajustado do prêmio de produtividade, onde o governo garantiu que irá privilegiar mais a base cujos salários são menores.